



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE
ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO,
PARA OS FINS QUE NELE SE DECLARAM.
(Processo Administrativo nº 8512652-
18.2017.8.06.0000).

TCT Nº 07/2017

Por este instrumento, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Bairro Cambé, em Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ/MF sob nº 09.444.530/0001-01, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Francisco Gladysen Pontes, doravante denominado **TJCE**, e o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, com sede na Praça da República, s/nº, Santo Antônio, Recife/PE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 1.431.327/0001-34, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo, doravante denominado **TJPE**, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto estabelecer a mútua cooperação técnica entre o TJ/CE e o TJ/PE para o uso do sistema de cálculo- SCJUD no âmbito do TJ/PE, com a finalidade de gerenciar e otimizar os Processos de Precatórios existentes na estrutura deste Poder, bem como ganhar eficiência na execução dos Projetos.

TCT N.º 07/2017





ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

3.1 Compete ao TJ/CE:

- a) compartilhar informações, conhecimentos, metodologias sobre os assuntos relacionados ao Sistema de Cálculos de Processos Judiciais-SCJUD
- b) estabelecer cronograma de estudos, avaliações e difusão de informações;
- c) treinar os servidores do TJ/PE diretamente envolvidos com o projeto por meio videoconferência;
- d) prestar os auxílios necessários quando solicitado pelo TJ/PE;
- e) indicar um Gestor e um Servidor para serem os pontos focais para dirimir as dúvidas e acompanhar o andamento dos trabalhos advindos da cooperação técnica.

3.2 Compete ao TJ/PE:

- a) designar servidores para serem qualificados acerca das ferramentas necessárias para implantação do Sistema de Cálculos de Processos Judiciais-SCJUD
- b) estabelecer cronograma de atividades para implantação do sistema;
- c) disponibilizar salas e/ou auditórios para realização de reuniões, palestras e eventos;
- d) disponibilizar laboratório de informática para treinamentos;
- e) compartilhar informações, conhecimentos, metodologias sobre os assuntos relacionados ao Sistema de Cálculos de Processos Judiciais-SCJUD
- f) indicar um Gestor e um Servidor para serem os pontos focais para dirimir as dúvidas e acompanhar o andamento dos trabalhos advindos da cooperação técnica.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Não haverá transferência de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente Termo de Cooperação Técnica. Os serviços decorrentes do presente termo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações pelos mesmos.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por prazo igual ou inferior, mediante manifestação de qualquer um dos cooperados e concordância do outro.





ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CLÁUSULA QUINTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Este Instrumento assenta-se nos preceitos previstos na Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, e originário do pedido, objeto do Ofício nº 757/2017, do Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

CLÁUSULA SEXTA – DA DENÚNCIA

O presente instrumento poderá ser denunciado por qualquer das partes, mediante comunicação escrita e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

A eventual rescisão deste Termo não prejudicará a execução de atividades previamente acordadas entre as partes, já iniciadas, as quais manterão seu curso normal até sua conclusão.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

Este instrumento poderá ser alterado, por mútuo entendimento entre os partícipes durante a sua vigência, mediante **Termo Aditivo**, visando aperfeiçoar a execução dos trabalhos, exceto no tocante ao seu objeto.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

Os Cooperados providenciarão a publicação do extrato do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** nos seus respectivos órgãos de comunicação oficial.

CLÁUSULA NONA – DOS GESTORES CONTRATUAIS E DA COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIAS

O TJPE definirá o gestor do presente Acordo de Cooperação Técnica, o qual ficará responsável pelo controle e execução deste instrumento, em todas as suas fases, efetuando as comunicações que julguem necessárias, de modo a dar fiel cumprimento às cláusulas e condições acordadas.

A Secretaria de Tecnologia da Informação ficará designada como Unidade responsável no TJCE para fiscalizar, acompanhar e auxiliar os atos concernentes à execução deste Termo de Cooperação, nos termos dos artigos 66 e 67 da Lei nº 8.666/93.

TCT N.º 07/2017





ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

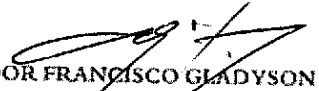
CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO E DISPOSIÇÕES FINAIS

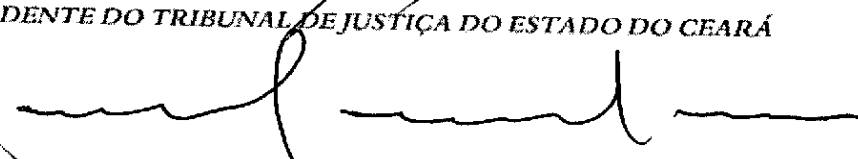
Os Cooperados elegem o Foro da Cidade de Fortaleza/CE, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas do presente instrumento, que não possam ser resolvidas no âmbito administrativo.

As controvérsias oriundas do presente protocolo serão resolvidas administrativamente pelos partícipes, mediante a ouvida de suas Assessorias Jurídicas, não podendo ser objeto de ação judicial para solução de conflitos, com renúncia desde já a qualquer tipo de demanda por via judicial.

E por estarem justos e acordados, os partícipes firmam entre si o presente instrumento, elaborado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Fortaleza, 03 de Outubro de 2017.


DESEMBARGADOR FRANCISCO GLADYSON PONTES
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ


DESEMBARGADOR LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

TESTEMUNHAS: _____

